

Petição On-line

Petição:	Individual
Nome do 1º Peticionário ou de Pessoa Coletiva:	José Manuel Rodrigues de Abreu
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Nr. Telemóvel:	
Documento de identificação:	Passaporte N° válido até:
Objeto sucinto da sua Petição:	Alteração do regimento da Assembleia da Republica e da legislação para responsabilização sob compromisso de honra dos políticos, responsáveis e todos agentes da administração publica direta e indireta na sua tomada de posse ou na assinatura de contrato publico
Texto da sua Petição:	<p>Exmº Senhor Presidente da Republica, Exmº Senhor Presidente da Assembleia da republica, Exmº Senhor Primeiro Ministro Exmos Senhores Governantes Exmo Senhores Deputados</p> <p>Nesta ultimas décadas tem aumentado consideravelmente o numero de personalidades, desde governantes a deputados, de empresários a bancários, de médicos, agentes de segurança publica a cidadãos comuns, envolvidos em escândalos de corrupção activa ou passiva, de violência familiar e domestica, etc., nunca se viram tantos casos de corrupção dos próprios agentes públicos, e ainda não foram tomadas medidas legislativas adequadas para travar esta evolução negativa da ganancia de poder desta sociedade moderna, talvez porque até hoje não houve nenhuma responsabilização suficientemente penalizadora, seria assim urgente que a própria Assembleia da Republica tomasse a dianteira e que exigisse que todos os agentes públicos, políticos e governantes, assinassem quanto antes uma declaração oficial de compromisso de honra, comprometendo-se em primeiro lugar zelar pelo Estado, pela Pátria. De fato, já vários bancos caíram, já vários buracos em diversos sectores públicos, e nada mudou na gestão empresarial do Estado, e da Administração Publica, apenas caindo as consequências destas gestões danosas sobre o encargo do Estado e da dívida pública, para que seja paga por todos , e agora mais flagrante com o buraco da Caixa Geral de Deposito (afinal já é a segunda-vez), e que o governo queria passar ao lado sem dar qualquer informação sobre este, e mesmo na Assembleia da Republica, com suas diversas bancadas parlamentares, só depois de muito barulho da comunicação social que veio a ser pedido uma Comissão, e de uma auditoria, mas que continuavam a contestar dizendo que não valia a pena desta comissão, apoiada pelos partidos ligados ao governo que também contestavam tal comissão ou auditoria. E agora em quem mais acreditar? Pelos vistos e conforme mudam os partidos do governo os mesmo deputados vão mudando de posição com propostas apresentadas por eles, votam em sentido contrário aos seus próprios princípios, conforme mudam as cores dos governos, a até por vezes contrários à própria constituição. Seria de bom senso para acalmar esta euforia de liberdade e de desprezo pelos princípios fundamentais da</p>

Constituição de que seja revisto o regulamento interno da Assembleia da Republica, para que seja dignificada esta Câmara, já que assistindo aos debates desta Camara é flagrante a ironia, os insultos, as ondas de agressões verbais que proliferam durante as sessões parlamentares, notando-se uma degradação da sua qualidade pelos resultados obtidos e memorizado pelas gravações de vídeos disponibilizado pelo canal do parlamento. Motivo deste apelo para que todos os deputados parem um pouco para avaliar as suas participações, medido o tom de voz, atitudes e posições tomadas, para que seja debatido em sessão plenária a alteração necessária no regimento desta Câmara e que todos votem e assinem um novo compromisso de honrar à pátria , que seja acima de qualquer ideologia, aceitando que lhes sejam retirada sua impunidade, quando da existência de qualquer ilegalidade em que seja directamente responsável, perdendo todos os benefícios que teria obtido até essa data, assim como de benefícios futuros como pensões, subsídios, ou condecorações honoríficos pelos serviços prestados ao Estado. Depois desta votação aceite pela totalidade parlamentar, que seja elaborado uma legislação mais adequada para que esta medida seja adoptada por todas as entidades publicas, e de entidade com contratos públicos, para seus agentes e funcionários, para acabar ou resfriar as tentativas de proveito próprio das suas posições governativas, politicas ou cívicas. Todo cidadão devendo comprometer-se a defender o interesse nacional acima de seus próprios interesses, e este principio deve estar na base da sociedade, na prioridade do ensino escolar, para que num futuro próximo, saem governantes responsáveis que promovam o altruísmo e o bem social, não só por palavras mas com provas pelo seu desempenho e total transparência profissional e cívica. Em conclusão venho a V. Exa. que seja revista o regime parlamentar para que seja apresentada o principio da boa ética e da sua responsabilização civil, e debatido e assinado por todos os deputados da Assembleia este Compromisso de Honra á Patria, e rever a alteração legislativa necessária para a responsabilidade dos cargos públicos e de toda administração pública, para que seja assinado individualmente um compromisso de honra em defender a nação portuguesa, pela justiça, honestidade, fraternidade e liberdade, sobre pena de ser responsabilizado pela consequência e prejuízos causados a nação e renuncia aos benefícios adquiridos até á sua acusação , incluído a perca de pensões, subsídios e condecorações honoríficas. Solicitando, assim, obter a comunicação sobre posição do Exmº Senhor Presidente da Republica, Sr Presidente da Assembleia da republica, ao Sr Primeiro Ministro e do Srs e Sras Deputadas quanto ao teor desta petição. Com os mais elevados cumprimentos José Manuel Rodrigues de Abreu (C.C. nº